

CAPÍTULO 17

Perspectivas em aplicações da teoria dos campos estratégicos para a sustentabilidade: o caso da comunidade acadêmica brasileira

Ana Jane Benites
André Felipe Simões
Tania Pereira Christopoulos

RESUMO

A teoria dos campos estratégicos (TCE) harmoniza referenciais neoinstitucionalistas da sociologia econômica, alternativos aos modelos econômicos neoclássicos, incorporando a imersão social em seu quadro analítico, o que lhe assegura papel promissor em pesquisas para elaboração de estratégias voltadas à sustentabilidade e à inovação socioambiental. No panorama latino-americano e, em particular, no contexto brasileiro, em que a habilidade social dos atores é limitada historicamente por condicionantes neoestruturalistas, prevalece a lacuna de conhecimento sobre a efetividade da apropriação da TCE por instituições de pesquisa a favor da agenda do desenvolvimento sustentável. Tal hiato é contemplado neste trabalho por uma análise *quali-quantitativa* de publicações científicas geradas por essas instituições nas últimas duas décadas. Os resultados revelam, dentre outros achados, que há demasiada

ênfase na habilidade social dos agentes sem a devida ponderação às mazelas estruturais históricas impostas às nações em desenvolvimento do Hemisfério Sul, como a desigualdade na distribuição de renda e heterogeneidade estrutural, que tendem a restringir sobremaneira atores hábeis e empreendedores em comparação com o cenário de países desenvolvidos do Norte geopolítico, onde a TCE foi concebida.

Palavras-chave: teoria dos campos estratégicos; inovação para a sustentabilidade; empreendedorismos social e ambiental no Brasil.

PERSPECTIVES ON APPLICATIONS OF THE THEORY OF STRATEGIC FIELDS FOR SUSTAINABILITY: THE CASE OF THE BRAZILIAN ACADEMIC COMMUNITY

ABSTRACT

The theory of fields (TF) harmonizes neo-institutionalist frames of economic sociology, alternative to neoclassical economic models, incorporating social immersion in its analytical framework, which ensures it a promising role in the research for elaboration of strategies aimed at sustainability and socio-environmental innovation. In the Latin American scenario and, particularly, in the Brazilian context, in which the social ability of actors is historically limited by neostructural conditions, a knowledge hiatus prevails on the effectiveness of the TF appropriation by research institutions in favor of the sustainable development agenda. Such a gap is filled in this work through a quali-quantitative analysis of scientific publications from these institutions in the last two decades. The results reveal, among other findings, that there is an over emphasis on the social ability of agents without considering the historical structural dilemmas imposed on developing nations of the Southern Hemisphere, such as inequality in income distribution and structural heterogeneity, which tend to greatly restrict socially skilled and entrepreneurial actors when compared to the circumstances of developed countries in the geopolitical North where the TCE was conceived.

Keywords: theory of fields; sustainability innovation; social and environmental entrepreneurship in Brazil.

17.1 INTRODUÇÃO

Enquanto a inovação de ruptura introduz elementos totalmente novos em seu domínio de aplicação, a inovação de continuidade reaproveita aqueles já existentes, combinando-os e/ou aprimorando-os (Tushman; Murmann, 1998; Malerba; Mani, 2009). Fligstein e McAdam, sociólogos americanos, ao proporem, há cerca de duas décadas, sua teoria dos campos estratégicos (TCE), não criaram um quadro cognitivo totalmente novo para a ciência econômica, mas harmonizaram referenciais já consolidados por outros sociólogos. Dentre eles, destacam-se a teoria da estruturação, do britânico Giddens, e a das redes sociais, do norte-americano Granovetter (Fligstein, 2001).

Não obstante, com seu compêndio teórico-analítico, Fligstein e McAdam preconizaram a mais ampla e meticulosa contestação provavelmente já perpetrada aos modelos econômicos clássicos e neoclássicos, os quais empregam visões subsocializadas das relações entre atores, ou mesmo neoinstitucionalistas, sugerindo aproximações supersocializadas (Granovetter, 1985).

Talvez esse tenha sido o diferencial de ruptura logrado pela dupla de sociólogos estadunidenses com relação aos modelos neoclássicos, pois sua inovadora compilação de arquétipos se compromete a abordar e tratar todas as limitações clássicas e neoclássicas que obscurecem a compreensão do contexto de imersão social (Granovetter, 1985) inerentes aos processos econômicos.

Outro destaque é que, enfatizando a agência não necessariamente subordinada à racionalidade e à otimização de lucros ou alocação de recursos pelos agentes econômicos, o arcabouço teórico-analítico de Fligstein e McAdam se converte em ideal para a elaboração de estratégias para a sustentabilidade (Ruggerio, 2021, p. 4-9). Também abarca políticas socioambientais, programas e arranjos de impacto e inovação social, além de outras iniciativas profícuas aos desenvolvimentos sustentáveis (Ruggerio, 2021, p. 2-4) local e global (Jerneck; Olsson, 2020, p. 25-27).

A teoria da inovação, entretanto, sugere, como parte de seu ciclo de vida, também a difusão e uso (Vargo, Akaka; Wieland, 2020). E estas são dependentes dos usuários e de suas práticas e ambientes de utilização (Malerba; Mani, 2009). Assim, duas décadas após a publicação do primeiro manuscrito sobre a TCE de Fligstein e McAdam, a inovação por eles desencadeada a partir do panorama geopolítico de países desenvolvidos do Hemisfério Norte continua propagando-se, alcançando cada vez mais adeptos, agora entre a comunidade acadêmica das nações em desenvolvimento ao Sul do globo terrestre. Por exemplo, uma busca na ferramenta Google Scholar pelos termos “Fligstein” e “teoria dos campos” aponta, apenas entre os manuscritos veiculados em português, o que inclui autores brasileiros, uma taxa de cerca de 47% de crescimento anual em publicações entre os anos de 2012 e 2023.

Não obstante, na conjuntura econômica dos países pobres do Sul, ao contrário do que acontece com as nações ricas do Norte, os impasses da desigualdade socioeconômica e do hiato técnico-científico histórico adquirem proporções estruturais que impelem os agentes econômicos à supersocialização. Isto é, a habilidade social de atores isolados que desafia os estruturalismos e neoestruturalismos, central para a TCE, tende a ser neutralizada sob o cenário dos mercados periféricos latino-americanos. Ademais, a importância do Estado como ator regulador e empreendedor institucional, um arquétipo neoestruturalista, amplia-se sobremaneira (Pérez Caldentey, 2016).

Dessa forma, é oportuna uma investigação sobre as contribuições do emprego da TCE de Fligstein e McAdam quanto ao desenvolvimento sustentável e empreendedorismo social (Saebi; Foss; Linder, 2018; Van Lunenburg; Geuijen; Meijer, 2020) sob tais realidades estruturais antagônicas aos fundamentos sociológico-econômico-neoinstitucionalistas da teoria (Nee, 2005).

Particularmente no caso brasileiro, em que se tem observado o avanço de políticas neoliberais igualmente contrárias aos neoestruturalismos recomendados aos Estados latino-americanos (Pérez Caldentey, 2016), a apuração das condições de difusão e uso da TCE pela sua comunidade-chave de usuários, a acadêmica, poderia evidenciar oportunidades de aprimoramento na administração local da TCE de maneira a norteá-la para influenciar positivamente o desenvolvimento sustentável da nação. E, assim, acumular lições aprendidas que poderiam ser reaproveitadas por outros países latino-americanos e periféricos.

17.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Sob a égide das considerações pormenorizadas na seção anterior, o presente trabalho almeja ampliar a ainda incipiente análise sobre a efetividade da aplicação, voltada à sustentabilidade, pela comunidade acadêmica brasileira, da TCE de Fligstein e McAdam no contexto nacional.

Dessa forma, a interpretação para efetividade, reconhecida pela Engenharia de Sistemas como uma combinação de eficácia (disponibilização de características funcionais necessárias para cumprir objetivos – “o que”) e eficiência (otimização da performance no oferecimento de funções – “como”) (Ackoff, 1971; Hitchins, 2007; Stevens Institute of Technology, 2023), converte-se, aqui, na competência para direcionar o uso da TCE a influenciar positivamente a sociedade brasileira rumo a inovações socioambientais. Isto se materializa na produção cada vez mais ampla de estudos sob a TCE alinhados com as áreas de conhecimento socioambientais (“o que”) e ensejando, nelas, análises enriquecidas pela sensibilização ao enredo neoestruturalista local, induzindo transformações nos regimes socioambientais que favoreçam a conquista de objetivos do desenvolvimento sustentável (“como”).

Destarte, o objetivo geral em preencher a lacuna de conhecimento detectada é desdobrado nos objetivos específicos de (i) elencar as principais instituições brasileiras de ensino superior que originaram trabalhos científicos referenciando a TCE de Fligstein e McAdam; (ii) apurar a quantidade e variedade desses trabalhos publicados; (iii) identificar as áreas de conhecimento que mais publicaram trabalhos científicos aplicando a teoria, verificando seu vínculo com as ciências ambientais e da sustentabilidade; e (iv) analisar as mais relevantes formas de aplicação da TCE nesses trabalhos e suas implicações para a formulação de estratégias de sustentabilidade no contexto brasileiro.

17.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

17.3.1 Fundamentos da teoria dos campos de Fligstein

A teoria dos campos de Fligstein deriva de princípios da sociologia econômica, dos movimentos sociais e das teorias institucionais sociológica e política (Fligstein; McAdam, 2012, p.03). Ela integra elementos dessas áreas de conhecimento - ação coletiva, espaço social, cultura, organização, Estado e mobilização (Fligstein; McAdam, 2012, p.06) - para melhor compreender as origens da estabilidade e mudança em campos de ação estratégicos (Fligstein; McAdam, 2012, p.10). Estes, por sua vez, são entendidos como arenas socialmente construídas nas quais os atores, munidos de competências e recursos diversos, buscam vantagens, como recompensas materiais, de poder e status (Fligstein; McAdam, 2012, p. 5, 10). Nessa competição entre atores imersos socialmente, tais campos de batalha dão origem a novos campos, transformam-se ou se estabilizam em processos de institucionalização (Fligstein; McAdam, 2012, p. 5) pelos quais regras evoluem de abstrações para a base de padrões de interação nos campos (Fligstein, 2001, p. 108).

Naturalmente, estas regras ou significados compartilhados que fundamentam as instituições afetam e restringem as circunstâncias dos atores em seus embates (Fligstein, 2001, p. 108). Mas isso não necessariamente implica numa agência sempre determinada passivamente pela obediência a sistemas de normas e valores internalizados pelos atores (Granovetter, 1985, p. 483,485) sob o enquadramento em estruturas ou categorias sociais que eventualmente ocupem (Granovetter, 1985, p. 487), como a teoria neoinstitucionalista propõe sob o mecanismo de supersocialização (Fligstein, 2001, p. 107,110). Por outro lado, igualmente não há total consistência no modelo neoclássico subsocializado de agência sob concorrência perfeita em que atores atomizados se comportam exclusivamente de maneira racional e utilitária, defendendo interesses próprios na busca da maximização de lucros (Granovetter, 1985, p. 483,484,506).

Em lugar dessas aproximações atomizadas (Granovetter, 1985, p. 485), Fligstein elabora uma nova concepção socialmente construída de agência, com raízes na interação simbólica, chamada de habilidade social (Fligstein, 2001, p. 105). Por meio dela, atores hábeis, sob os papéis de incumbentes (dominantes), unidades de governança ou desafiadores (desafiantes), são capazes de, empaticamente, absorver a perspectiva de outros atores, persuadindo-os à cooperação (Fligstein; McAdam, 2012, p. 13-14; Fligstein, 2001, p. 106-108).

Assim, grupos de atores incumbentes, que detém maior influência num campo de ação estratégico, utilizam habilidades como edificação de identidades e significados compartilhados pela apropriação de recursos materiais e existenciais (Fligstein; McAdam, 2012, p. 15, 18) para legitimar sua posição privilegiada no campo, forjando regras que os favoreçam (Fligstein; McAdam, 2012, p. 13) e defendendo a manutenção de seus recursos e poder superiores (Fligstein; McAdam, 2012, p. 20). Para isso, esses atores coletivos contam, tipicamente, com grupos de apoio à reprodução da ordem vigente, as unidades de governança internas (Fligstein; McAdam, 2012, p. 13-14). Essas unidades, também atores hábeis, facilitam a manutenção do sistema, sua gestão, liderança e estabelecimento da lógica e regras do campo e na conexão com outros campos, geralmente alimentando a todos os demais atores com informações padronizadas para nortear decisões e ações (Fligstein; McAdam, 2012, p. 14). Dentre seus papéis mais relevantes na perpetuação do domínio dos incumbentes, porém, está o de preservar o status quo durante períodos de conflito (Fligstein; McAdam, 2012, p. 14) gerados por grupos desafiadores da estrutura e lógica do sistema (Fligstein; McAdam, 2012, p. 13). Estes últimos, ocupantes de nichos menos beneficiados no campo e, por isso, frequentemente aproveitando vantagens limitadas que o sistema oferece, também recorrem às dimensões cognitivas, empáticas e comunicativas das habilidades sociais para articular visões alternativas do campo, revertendo ou forjando coalisões e alianças políticas. Desta maneira, procuram assegurar cooperação intersubjetiva e melhorar sua posição no campo, por vezes estabelecendo novas ordens ou campos após períodos de disputa (Fligstein; McAdam, 2012, p. 13, 15, 17).

Os períodos ou episódios de disputa ou conflito, por sua vez, são iniciados por mudanças desestabilizadoras desencadeadas no próprio campo ou por choques exógenos provenientes de campos próximos (a partir dos quais são percebidos impactos de ações e/ou com os quais são mantidas ligações recorrentes), distantes (dos quais não se recebem influências e/ou com os quais não se conservam laços), verticais (aninhados hierarquicamente dentro de campos maiores), horizontais (alinhados paralelamente na hierarquia de campos), dependentes, interdependentes ou independentes (os quais experimentam influência de outros campos, entre si ou nenhuma influência, respectivamente) (Fligstein; McAdam, 2012, p. 18-19). Se os desafiadores

e incumbentes identificam uma oportunidade ou ameaça nesses momentos de instabilidade e mobilizam recursos organizacionais (apropriação social) para sustentar ação e os desafiadores insistem em interagir sob formas coletivas inovadoras durante tais ocasiões, a crise ou episódio de disputa se instala, alimentando incerteza compartilhada sobre as regras e balanço de poder estabelecidos no campo (Fligstein; McAdam, 2012, p. 20-21).

O estágio seguinte, de liquidação ou retorno à estabilidade, só é atingido quando a incerteza conflitiva é superada, o que pode significar, ocasionalmente, a instituição de novas práticas e regras, incluindo a inversão de papéis entre incumbentes e desafiadores e/ou novos atores e campos, fusão, desmembramento e *spin-off* entre campos e atores (Fligstein; McAdam, 2012, p. 21-23). Ou, comumente, para períodos de conflito corriqueiros e repetitivos no ciclo de vida dos campos, cujo processo de transformação não seja tão profundo, mas apenas incremental, há uma retomada da ordem anterior com possíveis pequenas vantagens atribuídas aos desafiadores, quando incumbentes e unidades de governança internas são bem-sucedidos no emprego de suas vantagens materiais, culturais e políticas para perpetuar seu domínio (Fligstein; McAdam, 2012, p. 12, 22).

As Figuras 17.1 e 17.2 salientam mais detalhadamente, na Linguagem de Modelagem Unificada (UML, sigla para o inglês *Unified Modeling Language*) (Fowler, 2004), esses e outros componentes principais da teoria dos campos e seus inter-relacionamentos, estaticamente (Figura 17.1) e na dinâmica de um episódio de disputa num campo de ação estratégico (Figura 17.2).

Portanto, a teoria dos campos é de nível meso, implicando em que a ação ocorre dentro de grupos organizados locais (Fligstein; McAdam, 2012, p. 7) e se ocupa em esclarecer como os atores se engajam em ações coletivas, como constroem a oportunidade para fazê-lo, as competências que carregam consigo para os episódios de disputa nas arenas estratégicas, como conquistam vitórias e, ao obtê-las, como estabilizam e mantêm a ordem resultante (Fligstein; McAdam, 2012, p. 12).

Nesse sentido, a teoria de Fligstein está sintonizada com a neoinstitucionalista em que as instituições são o resultado da interação social entre atores que se confrontam em arenas ou campos (Fligstein, 2001, p. 107) e se divorcia dos teóricos da escolha racional na importância que atribui ao histórico da construção social de identidades, interesses, ações e estruturas (Fligstein, 2001, p. 111-112). Mas, primordialmente, adiciona a essas duas correntes teóricas uma nova perspectiva para o problema da agência-estrutura fundamentada na passividade da iniciativa em atores do mundo real (Fligstein, 2001, p. 107, 110). Ao contrário, enfatiza as capacidades de manobras desses agentes para a mobilização social e sustentação de poder em ambientes mais estáveis e, em cenários turbulentos, a contribuição dessas habilidades sociais com

o papel do empreendedor institucional, que pode ser um incumbente, desafiador ou unidade de governança interna competente na criação de novos sistemas de significado para mobilizar estrategicamente os demais atores e induzir mudanças ou inovações radicais na estrutura de campos (Fligstein, 2001, p. 106-107,110,116 ; Fligstein; McAdam, 2012, p. 4, 7, 17, 28, 84, 178-183).

Esses aspectos da teoria dos campos são essenciais para o entendimento de como acontecem mudanças políticas, como leis existentes são questionadas por lobby nos governos, como ordens hierárquicas são sustentadas em campos (Fligstein; McAdam, 2012, p. 12) e, de maior interesse para este capítulo, como podem respaldar estratégias, políticas e iniciativas em favor da sustentabilidade, a exemplo do que ocorre nos empreendedorismos social e ambiental: o primeiro é caracterizado pela inovativa criação de valor social e/ou cultural em que a geração de renda e/ou lucro, isto é, valor econômico-financeiro, é condição necessária mas não suficiente (Saebi, Foss; Linder, 2018, p. 73). No segundo, a preservação e/ou conservação ambiental é fator preponderante sobre a perspectiva econômica (Saebi, Foss; Linder, 2018, p.74). Ambos, que podem manifestar-se concomitantemente sob o constructo de empreendedorismo socioambiental, são forjados não somente a partir de organizações privadas, públicas ou híbridas, mas, igualmente, de iniciativas individuais e/ou movimentos de base (Saebi, Foss; Linder, 2018, p. 72; 75-76; Van Lunenburg, Geuijen; Meijer, 2020, p. 1014).

Todavia, independentemente da procedência, a extrapolação das inovações introduzidas por tais empreendedorismos para escalas mais amplas do que as locais tende a lograr transições de regime mais significativas para a sustentabilidade no longo prazo, cujos mecanismos são explicados em grande detalhe pela TCE, desde que devidamente aplicada sob contextos de estudo específicos.

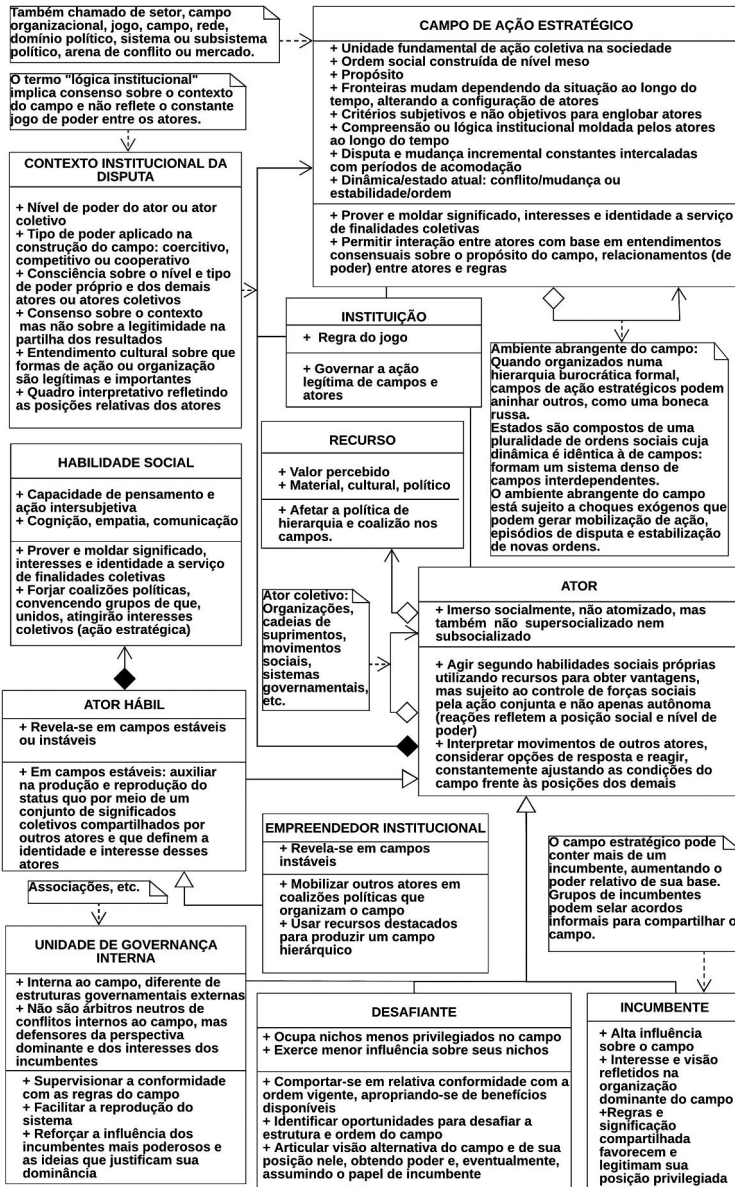


Figura 17.1 Modelo de domínio para a teoria dos campos de Fligstein.

Fonte: elaborada com base em Fligstein e McAdam (2012, p. 3-56) e Fowler (2004).

estrutural, a necessidade de desenvolvimento orientado pelo Estado em relação ao investimento em infraestrutura e desenvolvimento da produção, inflação como problema de desenvolvimento econômico e necessidade de integração na economia regional e internacional para superar o problema de subdesenvolvimento (Pérez Caldentey, 2016, p. 45-46).

O neoestruturalismo se desenvolveu para integrar no pensamento estruturalista as mudanças ocorridas na região e, internacionalmente, a partir do final da década de 1980, incluindo a abertura comercial, mobilidade de capitais, privatização e desregulamentação em um contexto de relações mais estreitas com o resto do mundo na globalização e maior integração regional (Pérez Caldentey, 2016, p. 47).

Longe de ser um conjunto de ideias autocontidas, estruturalismo e neoestruturalismo são sistemas abertos que se prestam ao diálogo com outras tradições de pensamento econômico, como as escolas heterodoxas. Estas incluem um conjunto heterogêneo de abordagens que abrangem as evolucionistas e institucionalistas, a escola de regulação, marxistas e radicais, e pós-keynesianos (Pérez Caldentey, 2016, p. 32).

Todas essas escolas identificam, amplamente, três falhas básicas no funcionamento das economias de mercado: (a) sua incapacidade de garantir o pleno emprego e criar empregos decentes como padrão; (b) sua tendência em gerar uma distribuição arbitrária e desigual de renda e riqueza, e (c) sua propensão à fragilidade e à instabilidade financeiras (Pérez Caldentey, 2016, p. 32).

Entretanto, uma diferença marcante entre o neoestruturalismo e o neoinstitucionalismo, incluindo, particularmente, o novo institucionalismo em sociologia econômica sobre o qual se apoia a teoria de Fligstein, é que, nestes últimos, o papel dos atores socialmente hábeis e empreendedores institucionais é central para mudanças qualitativas nos mercados (Fligstein; McAdam, 2012, p. 3-4). No caso dos países desenvolvidos esse arquétipo pode explicar grande parte das transformações nos campos econômicos, mas na conjuntura das nações em desenvolvimento, em especial na América Latina e Caribe, onde predomina o neoestruturalismo, a tendência é que a influência individual seja obscurecida pela estrutura, por restrições institucionais endêmicas e históricas, sendo a intervenção do Estado de maior relevância para reverter essas limitações (Pérez Caldentey, 2016, p. 69).

17.4 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos enumerados na Seção 17.2, uma pesquisa bibliográfica foi conduzida com busca de referências sob a ferramenta Google Scholar a partir do texto [“teoria dos campos” Fligstein], limitada a resultados apenas em português para focalizar o caso do Brasil, levando em conta que a expressiva maioria das publicações de autores brasileiros sob tal enfoque se encontram nesse idioma.

Além disso, foram selecionados registros datados a partir do ano de 2012, em que Fligstein e McAdam publicaram seu livro, formalizando conceitos e experiências acumulados desde a primeira publicação sobre a teoria, em 2001. Com isso, aplicações mais amadurecidas da TCE puderam ser examinadas.

A busca inicial assim configurada retornou 258 trabalhos científicos que foram submetidos a um critério adicional de seleção, descartando-se aqueles que: (i) não apresentassem estrutura completa além do resumo, impossibilitando análise mais detalhada do uso da teoria; (ii) citassem vagamente a teoria de Fligstein, concentrando-se majoritariamente em outros temas e teorias; (iii) não focassem o escopo brasileiro; (iv) não pudessem ser consultados por restrição de acesso, por indisponibilidade do servidor do conteúdo ou que fizessem parte de compilações de materiais dificultando sua localização unívoca; e (v) que não se caracterizassem como manuscrito publicado em evento ou periódico científico, tese de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso (TCC), ou capítulo de livro.

Esses procedimentos reduziram o repositório de exemplares para análise a 208 obras. Todas elas foram examinadas em seu resumo, introdução, conclusão e corpo do texto quanto ao modo de emprego dos diferentes elementos da TCE conforme descritos na Subseção 17.3.1.

Os resultados da codificação e avaliação da efetividade na aplicação da teoria para essa compilação de amostras, bem como as conclusões da pesquisa são delineados nas próximas Seções.

17.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 17.3 lista as 28 instituições de ensino brasileiras cujos cursos de pós-graduação mais estimularam autores a empenharem trabalhos aplicando a TCE de Fligstein e McAdam a partir de 2012. A Universidade Federal de São Carlos (UFScar), particularmente por meio de seu Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, lidera o ranking. Mas menos de 20% de seus trabalhos, entre os quais se destaca Mundo Neto, Ramos e Dalla Antonia (2019), voltam-se a iniciativas de empreendedorismo socioambiental, instalando inovações em que a cooperação entre atores desafiante subverte a ordem de assimetrias de poder no campo investigado, garantindo melhoria em condições socioeconômicas para grupos sociais menos privilegiados.

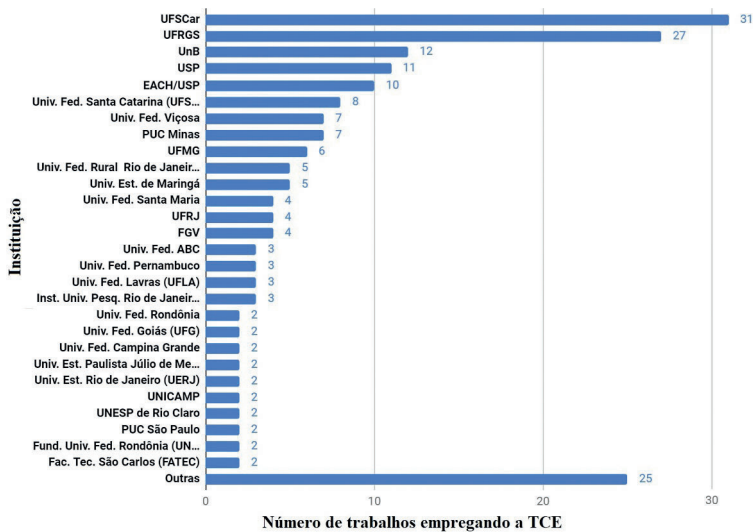


Figura 17.3 Instituições de ensino superior que realizaram trabalhos sob a TCE (janeiro de 2012 a junho de 2023).

Fonte: elaborada com base nos procedimentos da Seção 17.4.

As pós-graduações em sociologia, desenvolvimento regional e políticas públicas, além de outras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocupam a segunda posição. A USP se destaca na sequência, somando 21 contribuições. Dez delas são salientadas no gráfico como provenientes da unidade EACH, mais especificamente de seu Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade, em que há maior ênfase aliando o emprego da TCE às demais dimensões do desenvolvimento sustentável que não apenas a econômica, como a ambiental, social, institucional e cultural.

A UnB também se sobressai nessa perspectiva e aparece em seguida, como a quarta instituição que mais recorreu à TCE para o quadro analítico de pesquisas, distribuindo as respectivas publicações especialmente em cursos superiores de administração, políticas públicas, ciências sociais, direito e agronegócio.

Ademais, casos nas áreas da saúde (Pereira, 2021) e educação (Rodrigues, 2015), e abordagens como de questões relacionadas ao equilíbrio fiscal e combate à corrupção (Souza, 2015), dentre outras, alinham trabalhos das diversas universidades estudadas aos pilares social e cultural, além do institucional, respectivamente.

A consolidação de produções científicas ilustrando referências mais comuns à TCE por área de conhecimento, em que os estudos de caso são a enorme prevalência, é ressaltada na Figura 17.4. Ali se confirma que a utilização da TCE a partir de programas dedicados às ciências ambientais e sustentabilidade, independentemente da instituição acadêmica de origem, atinge o sexto lugar apenas, perfazendo 7,58% do total de publicações.

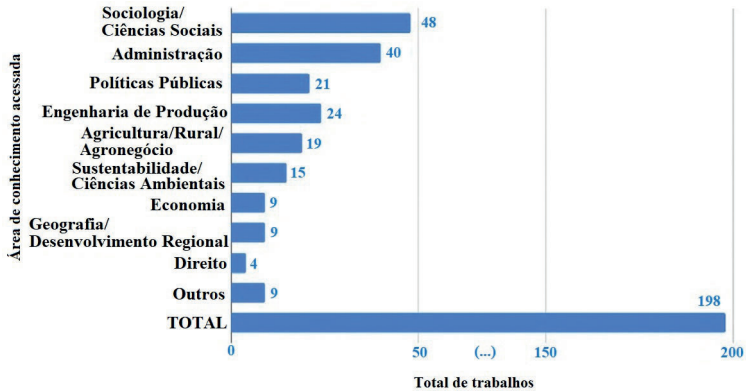


Figura 17.4 Número de publicações empregando TCE por área de conhecimento (janeiro de 2012 a junho de 2023).

Fonte: elaborada com base nos procedimentos da Seção 17.4.

A Figura 17.5 realça as quantidades de exemplares analisados por categoria de publicações derivadas desses trabalhos. Particularmente, as teses de doutorado, as dissertações de mestrado e os TCC permitiram verificar em mais detalhe como os distintos componentes da TCE foram empregados em cada trabalho por seus autores.

No conjunto dessas obras, em várias situações os papéis de atores como dominantes, desafiadores e unidades de governança são utilizados para mapear agentes e/ou suas redes e campos nos estudos de caso especificados. Alguns autores se ocupam apenas de registrar o surgimento de um novo campo recorrendo aos componentes da TCE. Um deles chega até a apontar futuras configurações possíveis de campos a partir de um estado corrente de distribuição de poder numa arena de disputa entre atores, explorando a técnica de *forecasting* (Cseh, 2018).

As unidades de governança internas e o conceito de atores coletivos estão entre os conceitos menos acessados nas análises sob a TCE estudadas. Por outro lado, atributos de habilidades sociais, construção de significados compartilhados e indução à cooperação por atores empreendedores sociais constam em praticamente todos os conteúdos analisados.

De maneira geral, entretanto, essas abstrações se manifestam por meio de fatos estilizados simplificados por generalizações induzidas pelo framework analítico da TCE: se não ocorre a cooperação entre agentes pelos atores hábeis de grupos desafiadores, a justificativa dos autores é de que os grupos dominantes estão providos de atores ainda mais hábeis, já que mobilizam recursos em maior quantidade e qualidade do que os desafiadores. Mas não porque estes desafiadores, muitas vezes, são limitados, restritos por estruturas institucionais. Ou porque os dominantes são privilegiados pelo mesmo aparato institucional.

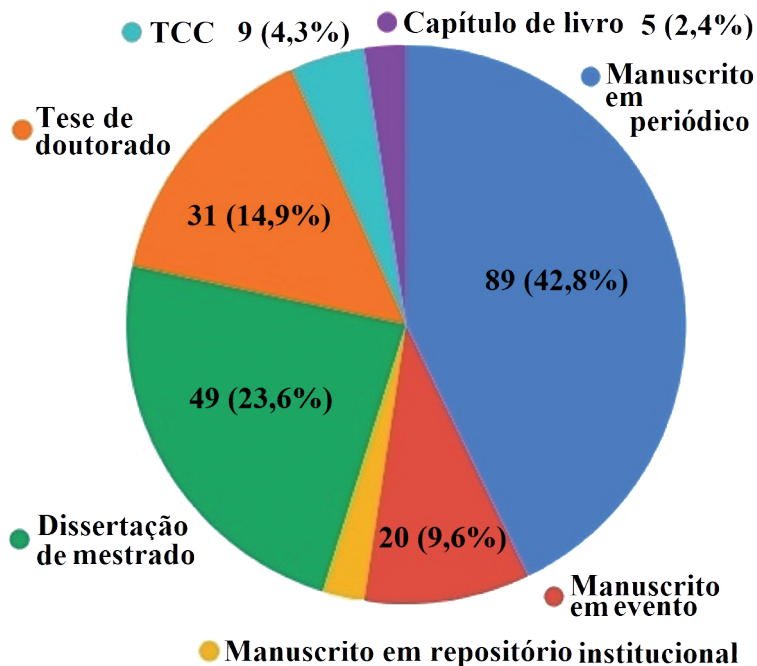


Figura 17.5 Proporção de publicações por categoria (janeiro de 2012 a junho de 2023).

Fonte: elaborada com base nos procedimentos da Seção 174.

Há, portanto, uma tendência ao rompimento com o estruturalismo e o neoestruturalismo do ambiente latino-americano e uma inclinação ao enfoque neoliberalista e clássico/neoclássico norte-americano, em que todos os agentes econômicos competem em igualdade de condições sob cenário institucional neutro. Os melhores recursos dos dominantes lhes são garantidos por habilidades próprias e não – ao menos em parte – pelo favorecimento da conjuntura institucional. E os desafiantes detêm recursos em número e qualidade inferiores, pela sua inabilidade social e não por condicionantes históricas das instituições que permeiam seu campo e suas arenas de embate por poder.

Nesse sentido, permanece igualmente invisível o papel do Estado como imprescindível para equilibrar tais assimetrias de poder e compensar a restrição institucional ao empreendedorismo social dos desafiantes nas arenas de conflito. A intervenção estatal por paridade nos episódios de disputa poderia estimular a emergência de novas ordens ao final desses períodos, eventualmente elegendo novos incumbentes ou invertendo os papéis entre dominantes e desafiantes nos mesmos campos ou em campos novos.

Assim, não coincidentemente, nenhum caso analisado culminou em uma evolução qualitativa após um embate por poder, estabelecendo nova ordem. As vitórias nos jogos de poder conquistadas por desafiantes foram sempre aquelas menores e

quantitativas, atribuindo-lhes vantagens limitadas. E as contribuições do Estado na transformação institucional para que mudanças qualitativas ocorressem não foram explicitadas na massiva maioria das análises observadas.

Analogamente, os autores frequentemente não indicam com exatidão quais recursos caracterizam os incumbentes como tal. Subentende-se, por exemplo, que as grandes empresas detentoras de volumes mais elevados em capital são sempre dominantes no campo. A lógica dessa asserção, geralmente, pode ser desafiada em algumas arenas de disputa em que os desafiantes, normalmente empresas de menor porte ou pequenos produtores individuais, apropriam-se de recursos inovadores como as tecnologias de informação e comunicação (TIC) das redes sociais, sensibilizando a opinião popular e alcançando vantagens políticas, além de outras manobras.

Dessa forma, análises ainda mais ricas poderiam classificar papéis incumbentes e desafiadores não como permanentemente fixos ou estáveis, mas dinamicamente assinalados aos atores no instante de sua entrada e de suas interações nas arenas de disputa. Incumbentes e desafiadores seriam identificados de acordo com os recursos de que se apropriam para competir nos jogos de poder e, claro, segundo as condicionantes da infraestrutura institucional que os fortalecem ou os enfraquecem para as batalhas nos campos. O capital figuraria como um dentre vários recursos, e o Estado, assim como as unidades internas de governança, necessariamente seria avaliado quanto à sua influência no incremento ou atenuação de poder dos incumbentes no decurso de cada embate.

Isto posto, dada uma vitória ou derrota de quaisquer desses atores em episódios de disputa, seria factível apurar qual o nível de contribuição da agência ou habilidade social individual dos agentes, de seus recursos, das instituições e, particularmente, do próprio Estado. Com isso, as inovações sociais bem-sucedidas poderiam ser reproduzidas com maior eficácia, e a experiência de aprendizado institucional seria mais tangível e representativa.

De fato, uma das obras examinadas similarmente critica o realce excessivo à habilidade social dos atores nos usos (ou abusos) do apelo ao referencial analítico da TCE. Nela, o autor demonstra a participação decisiva do Estado na ação regulatória contra vantagens econômicas indevidamente mantidas pelo poder excedente dos incumbentes em campos de ação (Carneiro, 2016).

17.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a efetividade da aplicação, pela comunidade acadêmica brasileira, da teoria dos campos estratégicos (TCE), arcabouço metodológico proposto por Fliigstein e McAdam no início dos anos 2000.

A inovação metodológica formalizada pela publicação, em 2012, de tal framework em sua íntegra começa pela abrangência em combinar quadros cognitivos derivados da sociologia econômica, dos movimentos sociais e das teorias institucionais sociológica e política para contrapor-se aos modelos clássicos e neoclássicos que circunscrevem os agentes econômicos a posições subsocializadas ou supersocializadas. O desfecho esperado é que, destacando o contexto de imersão social nos processos de transformação de mercados, nem sempre subordinados à racionalização e à otimização de lucros ou alocação de recursos pelos atores econômicos, a TCE se notabilize como referencial teórico-analítico no apoio a estratégias para sustentabilidade e empreendedorismo social.

Entretanto, a análise bibliográfica efetuada pela pesquisa que respalda este capítulo revela que somente 7,58% das publicações científicas produzidas por autores brasileiros a partir do ano de 2012 e até meados de 2023, em que se supõe amadurecimento no uso da TCE, provêm das áreas de ciências ambientais e sustentabilidade. A maioria dos trabalhos se originam no âmbito da engenharia de produção, sendo que menos de 20% destes focalizam inovações sociais em que a cooperação entre atores transgride assimetrias de poder nos campos investigados, promovendo grupos sociais menos privilegiados a melhores condições socioeconômicas. Por outro lado, há nichos acadêmicos, como o Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da EACH-USP, que se notabilizam como influenciadores no compartilhamento de experiências com o quadro analítico da TCE dirigindo a totalidade de suas publicações sob tal framework para outras dimensões do desenvolvimento sustentável que não exclusivamente a econômica, ou seja, para a ambiental, a social, a institucional e a cultural.

Grande parte das obras se concentram entre manuscritos de periódicos (42,8%), muitos derivados de dissertações de mestrado (23,6%), seguidas de teses de doutorado (14,9%), sobressaindo-se os Programas de Pós-Graduação da UFSCar, UFRGS, USP e UnB como as principais gêneses dessas fontes.

A perspectiva de estudo de caso exercitada pelos autores, figurando como a massiva maioria das referências observadas, não se atém apenas ao domínio econômico e de mercados, mas as abstrações da TCE sob suas óticas avançam para os outros pilares do desenvolvimento sustentável que não somente o econômico, abordando casos nos setores de saúde e educação, bem como, dentre outras, questões do equilíbrio fiscal e corrupção.

As funções atribuídas à TCE sob tais escopos também são bastante variadas, passando pelo mapeamento de atores nos campos sob os papéis de incumbentes, desafiadores e unidades de governança interna, o surgimento de novos campos e até

a previsão (*forecasting*) de movimentações estratégicas nos campos a partir de uma dada configuração de poder entre os atores.

Em todos esses cenários, o quadro analítico da TCE propicia um enriquecimento inédito e importante à interpretação de resultados empíricos alicerçada sobre as metáforas de jogos de poder em arenas de disputa. Contudo, e em parte pelo seu alcance de nível meso, a TCE também impõe certas limitações à eficácia nas análises, pois, na quase totalidade dos estudos inspecionados, a associação de papéis aos atores nos campos ocorreu por intermédio de fatos estilizados e não devidamente justificados – por exemplo, a detenção de maior volume de capital para identificar como incumbente um agente no campo, quando outros recursos, comumente os tecnológicos, podem qualificar atores, mesmo desafiantes, como mais poderosos nas arenas de disputa por poder. Curiosamente, a racionalidade explicada pela maximização de recursos financeiros é exatamente uma das subsocializações que a TCE busca superar.

Entretanto, a aplicação que mais compromete a efetividade no emprego da TCE é a agregação exacerbada de relevância à habilidade social dos atores empreendedores: em praticamente todas as bibliografias visitadas, a interpretação é de que os melhores recursos permanecem sob o controle dos incumbentes por suas habilidades próprias, da mesma forma que os desafiantes mobilizam recursos em número e qualidade inferiores por habilidade social insuficiente. A preponderância do aparato institucional nessas assimetrias de poder é negligenciada e a responsabilidade do Estado, obscurecida.

Mas no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, não predomina o clima econômico tipicamente estável dos países desenvolvidos do Norte geopolítico, o berço da TCE, em que a infraestrutura institucional e a relativa neutralidade do Estado preservam uma certa igualdade entre agentes nos embates por poder, engendrando um neoliberalismo localmente menos corrosivo. Ao contrário, na América Latina, conforme vislumbram os estruturalistas e neoestruturalistas, mazelas históricas prevalecem institucionalmente, decorrentes das relações duais centro-periferia, como dependência e restrições externas, heterogeneidade estrutural e desigualdade na distribuição de renda, dentre outras.

Tais condicionantes, que seguem omissas nas obras exploradas, são decisivas na inibição de atores sociais hábeis entre os desafiantes e no empoderamento dos incumbentes no panorama das nações em desenvolvimento latino-americanas.

Outrossim, evidenciar o posicionamento estatal como agente de equilíbrio no delineamento dos jogos de poder pela TCE é uma oportunidade que pode ser aproveitada pela comunidade acadêmica brasileira em sua difusão da metodologia inovadora de Fligstein e McAdam. Tal prática disseminaria lições aprendidas e melhores práticas que estimulariam transformações qualitativas edificadoras de novas ordens

nos campos estratégicos, homogeneizando a distribuição de poder entre atores e, eventualmente, promovendo desafiantes a incumbentes.

Esses empregos da TCE melhor conciliarão a realidade neoestruturalista latino-americana aos novos institucionalismos em economia e sociologia de viés norte-americano da TCE, auxiliando-a no cumprimento de seu potencial virtuoso, que transcende a análise econômica de mercados para ferramenta de suporte ao empreendedorismo e inovação social e ao atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R. L. Towards a system of systems concepts. *Management Science*, v. 17, n. 11, 1971.
- CARNEIRO, M. S. Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). *Política & Sociedade*, v. 15, n.33, p. 282-313, 2016.
- CSEH, A. *Mapeamento do campo da gestão de resíduos orgânicos na cidade de São Paulo*. 2019. Tese (Doutorado em Sustentabilidade) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2019.
- FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, v.19, n.2, p. 105-25, 2001.
- FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- FLIGSTEIN, N.; VANDEBROECK, D. The frenzy of fields: an interview with Neil Fligstein on field-theory and social skill. *Irish Journal of Sociology*, v. 22, n.1, p. 107-29, 2014.
- FOWLER, M. *UML distilled: a brief guide to the standard object modeling language*. [S.l.] Addison-Wesley Professional, 2004. Disponível em: https://ptgmedia.pearsoncmg.com/images/9780321193681/samplepages/9780321193681_Sample.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n.3, p. 481-510, 1985.
- HITCHINS, D. K. *Systems engineering: a 21st century systems methodology*. Nova Iorque: Wiley, 2007.
- JERNECK, A.; OLSSON, L. Theoretical and methodological pluralism in sustainability science. In: MINO, T.; KUDO, S. (Ed.). *Framing in sustainability science: theoretical and practical approaches*. Springer, 2020. p. 17-33.
- MALERBA, F.; MANI, S. *Sectoral systems of innovation and production in developing countries: actors, structure and evolution*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.
- MUNDO NETO, M.; RAMOS, R. F.; DALLA ANTONIA, L. Parceiros na expansão da agroecologia em São Paulo. *Revista Interface Tecnológica*, v. 16, n. 1, p. 393-405, 2019.

- NEE, V. The new institutionalisms in economics and sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 49-74.
- PEREIRA, T. J. E. *A gestão de uma epidemia: estabilidade e mudança no campo do HIV/Aids no Brasil (1980-2013)*. 2021. 344 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- PÉREZ CALDENTEY, E. A time to reflect on opportunities for debate and dialogue between (neo) structuralism and heterodox schools of thought. In: HÁRCENA, A.; PRADO, A. (Ed.). *Neosstructuralism and heterodox thinking in Latin America and the Caribbean in the early twenty-first century*. Santiago: ECLAC, 2016. p. 31-83.
- RODRIGUES, S. G. *A emergência do “campo” da educação permanente em saúde no Brasil: o ordenamento da formação de recursos humanos no Sistema Único de Saúde 2003-2007*. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- RUGGERIO, C. A. Sustainability and sustainable development: a review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*, v. 786, 2021.
- SAEBI, T.; FOSS, N. J.; LINDER, S. Social entrepreneurship research: past achievements and future promises. *Journal of Management*, v. 45, n.1, p.70-95, 2019.
- STEVENS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. *The guide to the systems engineering body of knowledge (SEBoK)*. v. 2.9. Nova Jersey, 2023. Disponível em: [https://sebokwiki.org/wiki/Guide_to_the_Systems_Engineering_Body_of_Knowledge_\(SEBoK\)](https://sebokwiki.org/wiki/Guide_to_the_Systems_Engineering_Body_of_Knowledge_(SEBoK)). Acesso em: 18 fev. 2024.
- SOUZA, T. S. C. *Ideias, atores e campos estratégicos: a transferência de ideias e práticas entre o campo de combate à corrupção e o campo da política fiscal no Brasil*. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- TUSHMAN, M. L.; MURMANN, J. P. Dominant designs, technology cycles, and organization outcomes. *Academy of Management Proceedings*, v. 1998, n. 1, p. A1-A33, 1998.
- VAN LUNENBURG, M.; GEUIJEN, K.; MEIJER, A. How and why do social and sustainable initiatives scale? A systematic review of the literature on social entrepreneurship and grassroots innovation. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 31, n.5, p. 1013-14, 2020.
- VARGO, S. L.; AKAKA, M. A.; WIELAND, H. Rethinking the process of diffusion in innovation: a service-ecosystems and institutional perspective. *Journal of Business Research*, n.116, 2020.